

Divulgação / Fiocruz



Casos de dengue podem ter aumento no próximo verão

Aedes é ameaça em quase mil municípios

O Levantamento Rápido de Índices de Infestação pelo Aedes aegypti (LIRAA) aponta que, até setembro, 994 municípios brasileiros estão em risco de surto de dengue, zika e chikungunya. Essas cidades apresentaram índices de infestação predial maiores de 4% - taxa considerada alta pelo Ministério da Saúde. Diante desse contexto, o Governo Federal alerta a necessidade de intensificar, nessas localidades, as ações de combate ao mosquito. Ao todo, 4,9 mil realizaram o LIRAA, que aponta, ainda, outros 2,1 mil municípios em situação de alerta (com índices de infestação predial entre 1% a 3,9%).

Minas Gerais é a Unidade da Federação com o maior número de municípios em risco. São 129 cidades com altos níveis de infestação. Junto ao estado mineiro, Bahia (104), Rio Grande do Norte (97), Maranhão (76) e Rio Grande do Sul (75) encabeçam a lista. Cerca da metade das cidades em risco (489) está no Nordeste.

E desde 2016, 47 municípios estão em situação de risco. Essa realidade ocorre em 11 estados diferentes. Um exemplo é Surubim, cidade localizada no Agreste de Pernambuco. De acordo com o LIRAA, está desde 2013 com risco de infestação. Em 2019, a taxa de presença do mosquito na cidade atingiu 18,60%. O número é 18 vezes maior do que o Ministério da Saúde considera como satisfatório.

A gerente de Vigilância das Arboviroses da Secretaria de Saúde de Pernambuco, Claudenice Pontes, explica que como a maior parte desses municípios

sofre com a falta de chuvas, é comum que a população armazene água em casa. Isso, segundo ela, não é problema, desde que todos os recipientes estejam tampados, o que impede a proliferação do mosquito.

Já no Sudeste do país, o problema da infestação do mosquito preocupa os moradores de Governador Valadares, cidade que fica na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. De acordo com o Departamento de Vigilância em Saúde municipal, entre janeiro e agosto deste ano, foram registrados 642 casos prováveis de dengue, 64 de chikungunya e nove de zika. Além disso, o LIRAA aponta que a taxa de infestação do mosquito atingiu 7,80% nos imóveis da cidade este ano. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, lembra que o mosquito não escolhe vítima. Por isso, ele reforça que a vigilância é a melhor forma de combater o Aedes aegypti.

“É preciso monitoramento, não tem nenhuma cidade que possa dizer ‘eu não vou ter, eu estou imune’, e não é só uma coisa coletiva, esse mosquito é domiciliar. Ele é da casa e vive em torno da casa.”

De acordo com o Ministério da Saúde, até agosto deste ano, o Brasil registrou um aumento de quase 600% no número de casos de dengue em todo país, em comparação ao ano passado. Um salto de 180.239 casos para mais de um milhão e 230 mil casos. Os registros de zika e chikungunya também aumentaram em 37,5% e 15,3%, respectivamente, no mesmo período. (Agência do Rádio). ■

Estado do Rio quer elevar arrecadação

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio (Sefaz-RJ) iniciou duas novas ações para aumentar a arrecadação tributária e promover a autorregularização de empresas: o envio de comunicações de divergência e a cobrança massificada. Na última semana, foram enviadas 70 mil comunicações para 35.500 contribuintes. A cada semana as ações serão repetidas e as mensagens de cobrança serão reenviadas. Os contribuintes também serão contatados por meio do call-center da pasta, lançado em maio. A expectativa é que essas iniciativas resultem em arrecadação de cerca de R\$ 800 milhões nos próximos dois meses, além do que já está previsto para o respectivo período.

No caso da comunicação de divergência, os contribuintes serão informados sobre diferenças entre os valores de impostos declarados e os efetivamente devidos conforme as emissões de notas fiscais eletrônicas e os recebimentos provenientes do cartão de crédito da empresa, de acordo com cálculos feitos pela Sefaz-RJ.

O aviso será feito por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DeC) e por meio do Portal Fisco Fácil, no endereço que pode ser acessado com certificado digital no site <http://www4.fazenda.rj.gov.br/ssa/>. Quando existe uma diferença entre o ICMS devido e o efetivamente pago, o contribuinte pode ser penalizado com, por exemplo, multa de até 85% do valor do imposto devido.

Também efetuada por meio do DeC, a cobrança massificada será referente a débitos diversos, como parcelamentos interempresas e autos de infração ainda não inscritos em Dívida Ativa. Nessa modalidade de cobrança, serão incluídos também os casos em que o call-center da Sefaz-RJ não tem conseguido contato por telefone com os contribuintes.

“Mesmo com o fim do ano se aproximando, a Receita Estadual segue atenta à arrecadação, um dos pontos mais importantes para que o Estado reencontre o equilíbrio fiscal”, afirmou o Subsecretário de Receita, Thompson Lemos. ■

SUS vai usar inteligência artificial nos atendimentos

Governo pretende informatizar e modernizar a rede em todo o País

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, afirmou, em entrevista exclusiva à Agência Brasil, que o programa Conecte SUS, em fase de testes no estado de Alagoas, é o primeiro passo para informatizar e modernizar a rede de atendimento do Sistema Único de Saúde, o SUS.

A iniciativa cria uma rede nacional de dados que permite que usuários do SUS tenham perfis acessíveis por qualquer profissional de saúde. Dessa forma, todos os procedimentos e recursos utilizados por esses pacientes estarão disponíveis em um banco online. De acordo com o ministério, dados como vacinação, procedimentos cirúrgicos, exames, consultas regulares e medicamentos receitados constarão na ficha médica do paciente.

De acordo com o ministro, o uso de tecnologia para criar filtros e estabelecer parâmetros nos atendimentos agilizará as filas de espera e, também, auxiliará na distribuição de recursos estaduais e municipais de forma mais inteligente.

A expectativa do ministro é que metade dos estados brasileiros esteja ligada ao Conecte SUS até o final de 2021.



O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, fala sobre modernização do SUS

Agência Brasil: Os dados dos perfis de usuários poderão ser usados pela rede privada?

Luiz Henrique Mandetta: Sim. A ideia é propagar a informação entre os estabelecimentos públicos e privados. Desde que sejam atendidos todos os critérios técnicos de segurança.

AB: Esse novo sistema influencia no tempo de espera

do SUS?

Mandetta: Acreditamos que, a partir do uso da Rede Nacional de Dados (RNDS), teremos uma visão macro sobre os padrões de atendimento e, com isto, gerar dados robustos para a tomada de decisão, entre elas, a diminuição da fila. O uso de inteligência artificial pode auxiliar a identificar prioridades.

AB: Qual a estimativa para

que o projeto atinja 100% de cobertura?

O piloto em Alagoas nos ajudará a ter esta visão do impacto do Conecte SUS. O primeiro objetivo é conectar todos os municípios, todas as unidades, para os gestores mapearem as necessidades. Com isso, o gestor pode gerenciar a unidade de saúde. Para um gestor estadual, é o conjunto de cidades e seus indicadores, para poder diminuir a mortalidade infantil e materna, melhorar a saúde mental, garantir o estoque de medicamentos, diminuir a interrupção de medicamentos, abastecer melhor a rede. Em Alagoas, teremos um retrato 3x4 do que vamos encontrar no Brasil no ano que vem. Temos a intenção de termos, até o final de 2021, mais da metade dos estados brasileiros cobertos.

AB: Há novas iniciativas tecnológicas planejadas para o atendimento público de saúde?

Mandetta: Trabalhamos com a possibilidade de ter a carteira de vacinação digital, um padrão de prescrição nacional de medicamentos, de diminuir as fraudes e o mau uso dos serviços de saúde, entre outros. ■

Consulta pública sobre política de transparência municipal

Iniciativa, da Prefeitura de Niterói, abre as questões neste domingo

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão de Niterói está realizando uma Consulta Pública sobre Política de Transparência onde a sociedade civil poderá responder questões relacionadas a transparência no município de Niterói e contribuir para o avanço dessa política na cidade. A partir deste domingo (17) serão disponibilizadas 10 questões no aplicativo do Colab e o prazo para resposta é de duas semanas. O morador de Niterói também pode participar pelo site <https://consultas.colab.re/transparenciadeniteroi>. A consulta tem como objetivo aproximar governo e moradores para construir ainda mais avanços na política de transparência. O Portal da Transparência é um canal aberto a qualquer cidadão destinado à disponibilização de informações públicas referentes a

todos os órgãos e entidades do poder executivo.

“A participação dos cidadãos é indispensável para o avanço nas políticas públicas, pois garante continuidade e o compromisso com o município. É direito do cidadão saber como o dinheiro público está sendo investido e como os programas da prefeitura estão caminhando. O objetivo da consulta é que a população possa ser ouvida e ajude na construção de uma cidade ainda mais transparente”, avalia o Secretário de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, Axel Grael.

Axel analisa que a Prefeitura está se destacando nas consultas à população, como a do orçamento participativo da Juventude, que vai destinar R\$ 2 milhões para que seja executado o projeto escolhido pelos jovens, e as já realizadas para a escolha dos livros a serem

comprados pela Prefeitura para a Biblioteca Parque e para as melhorias a serem realizadas no Campo de São Bento.

O Portal da Transparência foi criado em 2015 e diariamente é atualizado com dados como relatórios financeiros, detalhamento das despesas efetuadas, detalhamento das receitas arrecadadas, informações sobre procedimentos licitatórios, estrutura organizacional da Prefeitura com endereços e telefones dos órgãos/entidades, além de outras informações complementares sobre o município de Niterói.

Em outubro, foi realizada a 2ª Conferência de Transparência e Controle Social (2ª CONSOCIAL), com o propósito de construir junto à sociedade civil de Niterói uma agenda de propostas para aprimorar a Política Municipal de Transparência, criada pela Lei Municipal nº 3188, de 21 de

dezembro de 2015. O gerente da Política de Transparência da Prefeitura de Niterói, Luiz Monteiro, aponta ainda as ações realizadas pela Prefeitura em 2019, reforçando ainda mais a importância da transparência para o Município.

“Este ano foi muito importante para a política de transparência de Niterói. Comemoramos os cinco anos de sanção da Lei de Acesso à Informação municipal e realizamos, em conjunto com a sociedade civil, a 2ª Conferência Municipal de Transparência e Controle Social. Com a Consulta Pública, finalizamos o ano dando mais um passo em direção ao avanço da transparência municipal, buscando engajar ainda mais a população nas questões de Niterói e demonstrando o comprometimento da gestão com a participação e o governo transparente”, destaca. ■

Cresce apoio do BNDES aos projetos de pequenas empresas

Percentual de investimentos foi de 27% em 2015 para 45% no ano passado

O Relatório de Efetividade, apresentado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostra que 45% das entregas de projetos aprovados em 2018 foram paramicro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e 55% para projetos de grandes empresas. Em 2015, o percentual de investimentos nas MPMEs era de 27%.

Esse reposicionamento do banco passa principalmente pela digitalização dos produtos. “Atualmente está mais ágil a concessão de crédito para a micro e pequena

empresas”, disse o chefe do Departamento de Inteligência de Negócios e Efetividade da Área de Planejamento do BNDES, Victor Pina.

Segundo o relatório, no biênio 2017/18, o banco conseguiu estabilizar a sua taxa de investimento em torno de R\$ 70 bilhões, o que significa um desembolso em torno de 1% do Produto Interno Bruto (PIB): 1,08% em 2017 e 1,02%, em 2018. Esses valores ficaram ainda distantes dos do biênio 2013/14, quando o banco investiu R\$190,4 bilhões e

R\$ 187,8 bilhões, respectivamente.

A infraestrutura foi o segmento com maior investimento (38%, em 2017, e 44%, em 2018). A indústria recebeu 21% dos investimentos em 2017, mas perdeu 3 pontos percentuais no ano seguinte, ficando com 18%. A agropecuária viu crescer levemente os investimentos de 20%, em 2017, para 21%, em 2018.

O relatório mostra que os projetos financiados pelo banco criaram, ou mantiveram, cerca de 2,27 milhões de empregos (1,15 milhão em

1027 e 1,12 milhão em 2018).

Além das MPMEs, a publicação do banco mostra o impacto dos financiamentos em áreas de saneamento, energia elétrica e transporte.

Victor Pina destacou a participação do BNDES no setor de energia, com acréscimo de 11.099 megawatts na capacidade de geração de energia, que representou aumento de 75%. Ele ressaltou as energias hidrelétrica e eólica e a expansão de 7,7 mil quilômetros na rede de transmissão. “São dois segmentos de extrema importância”, completou. ■